

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAOPEBA - E SUPERMERCADO GOLD LTDA - ME**

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE PARAOPEBA, pessoa jurídica portadora do CNPJ n.º 21.607.411/0001-10, Inscrição Estadual Isenta, com sede e administração Avenida Dom Cirilo nº 447, região central do município, doravante denominado simplesmente Câmara Municipal, neste ato representado pelo Presidente Municipal Nataniel Henrique de Almeida Gomes, nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador do CPF nº 050.292.186-29 e da Carteira de Identidade nº M-11.666.533, residente e domiciliado no Município de Paraopeba/MG, doravante denominado *Câmara Municipal*.

CONTRATADA: SUPERMERCADO GOLD LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ n.º 07.747.506/0001-08, com sede e administração na Avenida Dom Cirilo, nº 918, bairro Centro, município de Paraopeba/MG, neste ato representada pelo sócio Joyce Gomes Maldonato, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, profissão Comerciante, portador do CPF n.º 112.506.336-05 e da Carteira de Identidade n.º MG-16.483.509, residente e domiciliado na Rua Vicente de Paula Rocha, nº 271, bairro Industrial município de Paraopeba/MG.

(1) **FINALIDADE** – O presente instrumento tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas ao fornecimento do objeto definido e especificado na *Cláusula Primeira*, sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada em despacho do Presidente exarado no processo licitatório nº 03/2017

(2) **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** A Ata de Registro de Preço tem origem no Processo Licitatório nº 03/2017, modalidade Pregão Presencial nº 03/2017, homologado por decisão fundamentada do Presidente da Câmara, em conformidade com as normas ditadas pela Lei Federal nº. 10.520, de 2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 1993, estando vinculada de forma total e plena ao edital regente do certame do qual exigir-se das partes rigorosa observância.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto deste instrumento é o Registro de Preço para **Aquisição de gêneros alimentícios para Câmara Municipal de Paraopeba**, conforme especificação detalhada no Termo de Especificação - Anexo I, conforme especificações constantes abaixo, nos termos da proposta comercial apresentada.

Faz parte integrante e inseparável desta *ATA DE REGISTRO DE PREÇO*, independente de transcrição e anexação e terão plena validade, os seguintes documentos, na seguinte ordem de prevalência:

- A. Edital regente do certame e seus anexos.
- B. Ata da sessão de julgamento.
- C. Termo de Adjudicação e Homologação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preço, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico.

2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o *CONTRATANTE* não está obrigado a adquirir o objeto referidos na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preço, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à *CONTRATADA*.

3. A partir da assinatura desta Ata de Registro de Preço a *CONTRATADA* assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

4. A contratação decorrente desta Ata de Registro de Preço será formalizada pela emissão da *NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO – NAF* – a qual será assinada e retirada pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação pelo *CONTRATANTE*.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

1. Os preços ofertados pela *CONTRATADA*, classificados em primeiro lugar, constam do quadro abaixo.

ITEM	QUANT. TOTAL	UNID.	MATERIAL/ DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
1	40	Pacote 5 kg	Açúcar cristal de 1ª linha. Contendo, no mínimo, 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser fabricado de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa de parasitos e de detritos de animais ou vegetais. Embalagem contendo 5kg.	R\$7,19	R\$287,60
2	30	Pacote de 400 g	Biscoito tipo cream-cracker, salgado (tipo água e sal), contendo cloreto de sódio em quantidade que acentue o sabor salgado, além das substâncias normais do	R\$3,99	R\$119,70

			produto. Embalagens contendo 400 g. Qualidade igual ou superior a MARILAN.		
3	60	Pacote de 400 g	Biscoito tipo maisena. A base de farinha de trigo com açúcar, soro de leite, gordura vegetal hidrogenada, aroma e lecitina de soja, enriquecido com vitaminas. Embalagem de 400 g. Qualidade igual ou superior a MARILAN.	R\$3,99	R\$239,40
4	30	Pacote de 400 g	Rosquinha de coco. A base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho e/ ou féculas de mandioca ou arroz, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, coco ralado, sal refinado, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e pirofosfato ácido de sódio), estabilizante lecitina de soja, aromatizante. Qualidade igual ou superior a MABEL.	R\$3,99	R\$119,70
5	30	Pacote de 400 g	Biscoito tipo maisena sabor MANTEIGA. A base de farinha de trigo com açúcar, soro de leite, gordura vegetal hidrogenada, aroma e lecitina de soja, enriquecido com vitaminas. Embalagem de 400 g. Qualidade igual ou superior a MARILAN.	R\$4,05	R\$121,50
6	20	Pacote 200 g	Biscoito salpet tradicional. A base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar, açúcar invertido, creme de milho ou amido de milho, sal, fermentos	R\$2,35	R\$47,00

			químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, estabilizante: lecitina de soja, melhorador de farinha: metabissulfito de sódio, antiumectante: fosfato tricálcico. Qualidade igual ou superior a AYMORÉ.		
7	100	Pacote de 500 g	Café, de primeira linha. Torrado e moído, com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc. com ausência de larvas, parasitas e substâncias estranhas, prazo de validade mínimo de seis meses da data de entrega do produto. Acondicionado em pacote aluminizado alto vácuo, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação, quantidade e selo de pureza. Embalagem de 500g. Qualidade igual ou superior ao CAFÉ ITAÚ.	R\$8,99	R\$899,00
8	30	Embalagem com 500 gramas	Manteiga com sal de primeira qualidade. Embalagem com dizeres de rotulagem, contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Registro no M.A, inspecionado pelo SIF. Embalagem de 500 g. Qualidade igual ou superior a MANTEIGA SETE.	R\$15,20	R\$456,00
9	02	Embalagem de 2 kg	Achocolatado em pó, composto de açúcar, cacau, extrato de malte, sal, soro de	R\$27,99	R\$55,98

			leite em pó, leite desnatado em pó e vitaminas. Embalagem de 2 kg. Qualidade igual ou superior ao TODDY.		
10	02	Embalagem de 380g	Alimento em Pó Sabor Morango NESQUIK. A base de Açúcar, maltodextrina, soro de leite em pó, minerais, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, farinha de cevada, vitaminas, água, farinha de aveia, sal, polpa de morango, aromatizante, emulsificante lecitina de soja, corantes naturais cochonilha e urucum, acidulante ácido cítrico, regulador de acidez fosfato de potássio dibásico e antioxidante ácido ascórbico. Qualidade igual ou superior à NESTLÉ.	R\$10,60	R\$21,20
12	400	Embalagem de 1 litro	Leite integral tipo B, homogeneizado. Teor de gordura 3%. Embalagem contendo um litro, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura ou Ministério da Saúde. Qualidade igual ou superior a CEMIL.	R\$2,30	R\$920,00
13	40	Fardo com 12 embalagens de 240 g	Pó para refresco 240 g. Faz 2 litros. A base de açúcar, acidulante (ácido cítrico), aromatizante, Antiumectante (fosfato tricálcio), estabilizante (citrato de sódio), corante inorgânico (dióxido de titânio), espessantes (goma xantana e	R\$19,00	R\$760,00

			carboximetilcelulose) e corantes artificiais amarelo tartrazina e vermelho bordeaux S. Qualidade igual ou superior a VILMA. Nos sabores: morango, laranja, manga, maracujá, mamão com laranja, goiaba e limão.		
14	12	Embalagem de 100 ml	Molho de pimenta extraforte, embalagem de 100 ml. Validade de no mínimo 06 meses.	R\$3,50	R\$42,00
16	30	Kg	Biscoito quebra-quebra. Farinha de trigo ou polvilho, açúcar, água, leite, sal, manteiga ou margarina, ovo, fermento químico em pó, essência. Fabricação no dia da entrega.	R\$16,49	R\$494,70
18	20	Kg	Pão de queijo. Composto de polvilho azedo, água, leite, óleo, sal, ovo, queijo. Fabricação no dia da entrega.	R\$16,99	R\$339,80
28	300	Galão contendo 20 litros	Água Mineral sem gás, acondicionada em galão de 20 litros. Embalagem transparente, resistente. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência do produto. Entrega na sede da Câmara, de forma parcelada. Prazo de entrega de no máximo 03 horas após a requisição. De qualidade igual ou superior a INGÁ.	R\$7,50	R\$2.250,00
TOTAL - R\$ 7.173,58 (Sete mil cento e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos)					

2. Os preços, expressos em Real (\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta Ata de Registro de Preço no veículo de divulgação oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE ENTREGA

1. A licitante proponente vencedora que tiver seu preço registrado deverá fornecer os produtos no prazo de até 07 (sete) dias corridos após o recebimento da NAF – Nota de Autorização de Recebimento.

2. O objeto desta Ata deverá ser entregues na sede do *CONTRATANTE* no endereço constante na Nota de Autorização de Fornecimento.

3. A entrega será acompanhada e fiscalizada por representante do *MUNICÍPIO* designado para este fim, permitida a assistência de terceiros. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o objeto desta licitação será recebido:

a) Provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações do objeto licitado;

b) Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, procedendo a certificação da fatura.

4. A licitante proponente que tiver seu preço registrado deverá efetuar a troca do objeto que não atender as especificações do objeto contratado, no prazo assinado pelo *CONTRATANTE*.

5. O(s) representante(s) do *CONTRATANTE* anotar(ã) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6. Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade do (s) objeto (s) com as especificações técnicas exigidas no edital e aquelas oferecidas pela *CONTRATADA* o *CONTRATANTE* emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

7. O prazo máximo para substituição da (s) objeto (s) que não atenderem ao edital e seus anexos será de 05 (cinco) dias, contados da data da devolução. Decorrido esse prazo e não havendo a devida substituição, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis, assegurada a ampla defesa e o contraditório. Substituído o (s) objeto (s) iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas condições de recebimento.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A *CONTRATADA* deverá:

São obrigações da Contratada as previstas no Edital e seus anexos, e ainda:

a) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante;

- b) fornecer toda a sua documentação fiscal dos produtos;
- c) responsabilizar-se por todos os ônus relativos aos produtos a si adjudicados;
- d) cumprir, durante toda a execução do objeto licitado, as obrigações assumidas, mantendo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;
- f) responsabilizar-se, com foros de exclusividade, pela observância a todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE. Caso este seja chamado a juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, a CONTRATADA obriga-se a ressarcir-lo do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação;

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

- a) comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na prestação do serviço, assinando-lhe prazo para que a regularize, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratualmente previstas;
- b) fiscalizar a execução do contrato, através de agente previamente designado, do que se dará ciência à CONTRATADA;
- c) assegurar ao pessoal da CONTRATADA livre acesso às instalações para a execução do objeto licitado;
- d) efetuar o pagamento no devido prazo fixado nesta Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a Câmara promover as negociações junto à *CONTRATADA*.
2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o *CONTRATANTE* convocará o detentor do registro para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
3. Caso a detentora do Registro de Preços não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a detentora desta Ata de Registro de Preço não puder cumprir o compromisso, o *CONTRATANTE* poderá liberá-la dos compromissos aqui assumidos, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

1. A Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, garantida a prévia defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses.

1.1. Pelo *CONTRATANTE*, quando:

a) A *CONTRATADA* não cumprir as exigências contidas no edital ou nesta Ata de Registro de Preço;

b) A *CONTRATADA* não retirar ou assinar a Ata de Registro de Preço no prazo estabelecido pelo *CONTRATANTE*, sem justificativa aceitável;

c) A *CONTRATADA* não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se apresentar superior ao praticado pelo mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

e) A *CONTRATADA* der causa à rescisão administrativa, da contratação decorrente do registro de preço, por um dos motivos elencados no artigo 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

1.2. Pela *CONTRATADA*, quando:

a) Na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

b) A seu pedido, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

2. O cancelamento da Ata de Registro de Preço, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizada por despacho da autoridade competente da *Câmara*, devidamente fundamentado, devendo a comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preço ser feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

3. Na hipótese da *CONTRATADA* encontrar em lugar incerto, ignorado ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Jornal "Aqui"-, considerando cancelada a Ata de Registro de Preço a partir do 5º (quinto) dia útil, a contar da publicação.

4. A solicitação do fornecedor para o cancelamento da Ata de Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento do objeto, até a decisão final do *CONTRATANTE*, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado ao *CONTRATANTE* a aplicação da (s) penalidade (s) prevista (s) nesta Ata de Registro de Preço, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA NONA - UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

1. Os órgãos e entidades da Administração Pública que desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preço deverão consultar o *CONTRATANTE*, órgão gerenciador, para manifestação da possibilidade de adesão, cabendo ao órgão/entidade aderente à Ata de Registro de Preço, verificar junto ao fornecedor a viabilidade da adesão, bem como informar ao *MUNICÍPIO* sobre tal capacidade.

2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata de Registro de Preço.

3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade da Administração Pública, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preço.

4. As adesões a Ata de Registro de Preço não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço para o *CONTRATANTE* independente do número de órgão não participantes que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 - O pagamento será efetuado mensalmente, quando a Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal referente ao mês imediatamente anterior, acompanhada das Certidões pertinentes.

2 - O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias da entrega definitiva dos produtos após a apresentação da Nota.

3 - Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

5 – A Câmara Municipal de Paraopeba não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

1. Recusando a *CONTRATADA* a assinar ou retirar esta Ata de Registro de Preço no prazo determinado no edital regente do certame licitatório, ou ainda, após assinada não cumpri-la, total ou parcialmente, o *CONTRATANTE* poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar as penas do

art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002, cumuladas com as sanções abaixo descritas, não necessariamente na ordem:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da Ata de Registro de Preço;
- c) impedimento de participar em licitação e de contratar com o *MUNICÍPIO* por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO / SUBCONTRATAÇÃO

1. A *CONTRATADA* não pode ceder, subcontratar e nem transferir, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preço, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, nem ser executado em associação com terceiros, salvo com autorização prévia e por escrito do *CONTRATANTE*, sob pena de aplicação de sanção e/ou de rescisão contratual.

2. Operações de fusão, cisão ou incorporação, realizadas entre a *CONTRATADA* e terceiros, deverão ser comunicadas à Câmara e, na hipótese de ficar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão contratual.

3. A *CONTRATADA* não pode ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos desta Ata de Registro de Preço, salvo com autorização prévia e por escrito do *CONTRATANTE*. Deverá constar obrigatoriamente da autorização prévia que o *CONTRATANTE* opõe ao Cessionário dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos ao Cessionário estarão condicionados ao preenchimento pelo Cedente, de todas as suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

1. A intimação da *CONTRATADA* a respeito dos atos praticados nesta Ata de Registro de Preço será realizada no Jornal "AQUI", tendo eficácia plena e valerão para todos os efeitos legais, bem como no site oficial da Câmara.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO JUDICIAL

1. As questões decorrentes da interpretação das cláusulas desta Ata de Registro de Preço que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na

Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Paraopeba, Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Paraopeba, 05 de dezembro de 2017.

SUPERMERCADO GOLD LTDA – ME

Joyce Gomes Maldonado
Representante legal

CAMARA MUNICIPAL DE PARAOPEBA

Nataniel Henrique de Almeida Gomes
Presidente da Câmara